

# Direitos humanos

**A**denúncia da Anistia Internacional sobre a prática no Brasil de torturas e execuções por esquadrões da morte de modo algum surpreende as autoridades governamentais. É fato notório que as violações aos direitos humanos se sucedem no país com freqüência indesejável, embora diante da reação indignada da sociedade e dos órgãos oficiais encarregados de reprimir-las. Desde a criação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos no âmbito do Ministério da Justiça, já lá se vão mais de três anos, os atentados contra a dignidade e incolumidade física das pessoas têm diminuído.

Durante os anos sombrios do regime militar, o governo costumava qualificar de conspiração internacional contra a imagem do país as acusações de agências humanitárias sobre violência às pessoas. E, assim, nenhuma providência era tomada, nem mesmo a elementar cautela de investigar a procedência dos fatos denunciados.

Com o restabelecimento da legalidade democrática, instalou-se outro comportamento. Leis específicas e ações concretas têm sido adotadas para prevenir e punir os desrespeitos às prerrogativas humanas da pessoa. Os inquéritos de organizações internacionais em torno do problema passaram a servir de impulso ao sistema de garantias contra abusos do gênero. O primeiro exemplo disso veio na Constituição de 1988, que declarou a tortura crime

inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

O relatório anual da Anistia critica o Brasil e outras 141 nações. A avaliação rigorosa da organização é atestada por incluir países de regra a salvo de suspeitas, como os Estados Unidos e a Suécia.

As instituições norte-americanas são apontadas à censura mundial porque praticam a pena de morte, até mesmo para punir crimes cometidos por menores. Em dezembro de 1998, a Human Rights Watch, outra prestigiada entidade internacional, denunciava a existência nos EUA de mais de três mil crianças e adolescentes em prisões de adultos. Pior, excluídos de qualquer programa de recuperação social. A Suécia chega ao índice internacional por devolver asilados políticos sob graves riscos de tortura e morte em seus países de origem.

Mas a incriminação do Brasil ao lado de sociedades tidas como padrão de cultura humanística em nada o isenta de culpa. Só na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, os homicídios rondam a casa dos quinhentos ao mês, em grande parte praticados por esquadrões da morte. É um morticínio bem maior do que as baixas na guerra do Kosovo. Os mais de 175 mil presos nas penitenciárias do país coabitam ambiente vil, promíscuo e violento, onde cada qual ocupa menos de um metro quadrado de espaço.

É fundamental, pois, que as denúncias da Anistia inspirem reações mais efetivas em favor da proteção aos direitos humanos.